

Boletim do Trabalho e Emprego

42

1.^a SÉRIE

Edição: Serviço de Informação Científica e Técnica (SICT) — Ministério do Emprego e da Segurança Social

Preço 37\$00
(IVA incluído)

BOL. TRAB. EMP.	1. ^a SÉRIE	LISBOA	VOL. 59	N.º 42	P. 2985-2994	15 - NOVEMBRO - 1992
-----------------	-----------------------	--------	---------	--------	--------------	----------------------

ÍNDICE

Regulamentação do trabalho:

Portarias de extensão:

	Pág.
— PE das alterações ao CCT entre a APS — Assoc. Portuguesa de Seguradores e outros e o Sind. dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Regiões Autónomas e outros	2987
— Aviso para PE das alterações ao CCT entre a ADAPLA — Assoc. dos Armadores da Pesca Longínqua e a Feder. dos Sind. do Sector da Pesca (pessoal administrativo e das secas)	2988
— PE das alterações ao AE entre a BRISA — Auto-Estradas de Portugal, S. A., e o SETACCOP — Sind. dos Empregados Técnicos e Assalariados da Construção Civil, Obras Públicas e Afins e outro — Rectificação	2988

Convenções colectivas de trabalho:

— CCT entre a Assoc. Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe e o SINDEPESCAS — Sind. Democrático das Pescas — Alteração salarial e outras	2988
— CCT entre a APOMEPA — Assoc. Portuguesa dos Médicos Patologistas e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro — Alteração salarial e outras	2990
— Acordo de adesão entre a VINAVE — Empresa de Navegação Marítima, L. ^{da} , e a FESMAR — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores do Mar ao ACT entre a Empresa Continental de Navegação, S. A., e outras e a mesma federação sindical	2992
— Acordo de adesão entre a Funchal Frio — Transportes Marítimos, L. ^{da} , e a FESMAR — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores do Mar ao ACT entre a Empresa Continental de Navegação, S. A., e outras e a mesma federação sindical	2992
— AE entre a Rodoviária do Alentejo, S. A., e o SIQTER — Sind. dos Quadros e Técnicos dos Transportes e outros (quadros e técnicos) — Rectificação	2993



SIGLAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
ACT — Acordo colectivo de trabalho.
PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
PE — Portaria de extensão.
CT — Comissão técnica.
DA — Decisão arbitral.
AE — Acordo de empresa.

ABREVIATURAS

Feder. — Federação.
Assoc. — Associação.
Sind. — Sindicato.
Ind. — Indústria.
Dist. — Distrito.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

PORTARIAS DE EXTENSÃO

PE das alterações ao CCT entre a APS — Assoc. Portuguesa de Seguradores e outros e o Sind. dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Regiões Autónomas e outros

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 23, de 22 de Junho de 1992, foi publicado o CCT entre a APS — Associação Portuguesa de Seguradores e outros e o Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Regiões Autónomas e outros.

Considerando que ficam somente abrangidas pela convenção aludida as relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais filiadas nas associações patronais signatárias e os trabalhadores ao seu serviço filiados nas associações sindicais signatárias;

Considerando ainda que a disciplina colectiva sobre dita se aplica apenas às relações de trabalho constituídas entre as entidades patronais signatárias e os trabalhadores ao seu serviço filiados nas associações sindicais signatárias;

Considerando, finalmente, a indispensabilidade de alcançar a uniformização, legalmente possível, das condições de trabalho do sector de actividade em causa;

Tendo sido dado cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 103/85, de 10 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 365/89, de 19 de Outubro;

Cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, com a publicação do aviso no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 28, de 29 de Julho de 1992, e não havendo sido deduzida oposição:

Manda o Governo, pelos Secretários de Estado do Tesouro e Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As disposições constantes da convenção colectiva de trabalho celebrada entre a APS — Associação Portuguesa de Seguradores e outros e o Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Regiões Autónomas e outros, publicada no *Boletim do Trabalho e Em-*

prego, n.º 23, de 22 de Junho de 1992, são tornadas extensivas:

- a) A todas as entidades patronais não inscritas nas associações patronais signatárias que, no continente, exerçam a actividade económica por aquelas abrangidas e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas, filiados nas associações sindicais signatárias, bem como a todas as entidades patronais inscritas ou não nas associações patronais signatárias que, no continente, exerçam a actividade económica por aquelas abrangidas e aos trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas, não filiados nas associações sindicais signatárias;
- b) A todos os trabalhadores, das profissões e categorias profissionais previstas, ao serviço das associações patronais e sindicais signatárias e do Instituto de Seguros de Portugal não inscritos nas associações sindicais signatárias.

2 — Não são objecto da extensão determinada no número anterior as cláusulas que violem disposições legais imperativas.

Artigo 2.º

1 — A presente portaria entra em vigor nos termos legais e produz efeitos, no tocante à tabela salarial, desde 1 de Junho de 1992.

2 — As diferenças salariais, devidas por força do disposto no número anterior, poderão ser satisfeitas em quatro prestações mensais e sucessivas, de igual montante, com início no mês da entrada em vigor desta portaria.

Ministérios das Finanças e do Emprego e da Segurança Social, 29 de Outubro de 1992. — O Secretário de Estado do Tesouro, *José Monteiro Fernandes Braz*. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Emprego e da Segurança Social, *Jorge Hernâni de Almeida Seabra*.

Aviso para PE das alterações ao CCT entre a ADAPLA — Assoc. dos Armadores da Pesca Longínqua e a Feder. dos Sind. do Sector da Pesca (pessoal administrativo e das secas)

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a eventual emissão de uma PE do CCT mencionado em título, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 36, de 29 de Setembro de 1992.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do referido artigo 29.º, tornará a convenção extensiva a todas as entidades patronais que, não estando inscritas na associação patronal outorgante, exerçam no território do continente actividade enquadrável no âmbito estatutário daquela e aos trabalhadores ao seu serviço das pro-

fissões e categorias previstas, bem como aos trabalhadores das mesmas profissões e categorias profissionais não inscritos no sindicato representado pela federação sindical outorgante que se encontrem ao serviço de entidades patronais inscritas na associação patronal celebrante.

A PE a emitir será aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais filiadas na ADAPI — Associação dos Armadores das Pescas Industriais e trabalhadores ao seu serviço enquadráveis na zona de coincidência dos âmbitos estatutários desta associação patronal e da ADAPLA — Associação dos Armadores da Pesca Longínqua.

PE das alterações ao AE entre a BRISA — Auto-Estradas de Portugal, S. A., e o SETACCOP — Sind. dos Empregados Técnicos e Assalariados da Construção Civil, Obras Públicas e Afins e outro — Rectificação.

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 34, de 15 de Setembro de 1992, vem publicada a PE em título, que enferma de inexactidões, impondo, por isso, a necessária correcção.

Assim, no índice, onde se lê «SETACOP» deve ler-se «SETACCOP», e a p. 2516, no título, no preâmbulo e no n.º 1 do artigo 1.º da PE, onde se lê «SETACOP» deve ler-se «SETACCOP».

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CCT entre a Assoc. Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe e o SINDEPESCAS — Sind. Democrático das Pescas — Alteração salarial e outras

O CCT para a indústria de conserva de peixe, com a última revisão publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 39, de 22 de Outubro de 1991, é revisto na forma seguinte:

Cláusula 2.ª

Vigência e eficácia

2 — A tabela salarial e o subsídio de refeição produzem efeitos a partir de 1 de Julho de 1992.

Cláusula 11.ª

Período normal de trabalho

1 — O período normal de trabalho para os trabalhadores abrangidos por este contrato é de quarenta e três horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira, a partir de 1 de Janeiro de 1993.

2 — As empresas que o pretendam poderão, todavia, aplicar os seguintes períodos normais de trabalho semanal:

Quarenta e duas horas, de Janeiro a Julho;
Quarenta e três horas, em Agosto;
Quarenta e quatro horas, de Setembro a Dezembro.

3 — Ficam ressalvados os horários de menor duração que já estejam a ser praticados.

4 — Compete às entidades patronais estabelecer o horário de trabalho do pessoal ao seu serviço, não podendo o período normal de trabalho iniciar-se antes das 8 horas nem o seu termo ir além das 19 horas.

5 — O período de trabalho diário será interrompido para almoço por um intervalo de duração não inferior a uma hora nem superior a duas, devendo para a sua definição haver acordo entre a entidade patronal e a maioria dos trabalhadores em efectividade de serviço.

Cláusula 47.^a-A

Subsídio de refeição

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente contrato têm direito a um subsídio de refeição no valor de 160\$ por cada dia completo de trabalho efectivamente prestado, sem prejuízo do disposto no n.º 4 da cláusula 12.^a

ANEXO I

Definição de funções de categorias profissionais

A) Pessoal fabril

Encarregado de secção. — É o trabalhador que tem a seu cargo qualquer secção da fábrica.

Fiel de armazém. — É o trabalhador que, nos armazéns, regista internamente as entradas e saídas de materiais, ferramentas e produtos, controla e responde pelas existências.

ANEXO III

Tabela de retribuições mínimas mensais

Graus	Categorias profissionais	Remunerações mínimas mensais
I	Chefe de escritório Director de serviço	104 200\$00
II	Chefe de departamento, de divisão ou de serviços Contabilista ou técnico de contas Programador Tesoureiro	97 300\$00
III	Chefe de vendas Encarregado geral Encarregado (electricista) Encarregado (metalúrgico)	93 100\$00
IV	Chefe de secção Guarda-livros Inspector de vendas	86 800\$00
V	Chefe de equipa (electricista) Chefe de equipa (metalúrgico) Correspondente em línguas estrangeiras Encarregado de fabrico Encarregado de secção Secretária de direcção	73 900\$00
VI	Afinador de máquinas Ajudante de guarda-livros Caixa Encarregado de secção Escriturário de 1. ^a Esteno-dactilógrafo Fiel de armazém Motorista Oficial de construção civil de 1. ^a Oficial electricista Oficial gráfico Operador mecanográfico Operador de máquinas de contabilidade Prospector de vendas Serralheiro mecânico de 1. ^a Soldador de 1. ^a Tanoeiro de 1. ^a Vendedor	67 700\$00

Graus	Categorias profissionais	Remunerações mínimas mensais
VII	Ajudante de afinador de máquinas Apontador Cobrador Comprador Correspondente em língua portuguesa Escriturário de 2. ^a Estagiário (gráfico) Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa Estufeiro (gráfico) Fiel de armazém Manobrador de empilhador Oficial de construção civil de 2. ^a Perfurador-verificador Pré-oficial electricista do 2. ^o ano Recepcionista Serralheiro mecânico de 2. ^a Soldador de 2. ^a Tanoeiro de 2. ^a	63 800\$00
VIII	Ajudante de motorista Auxiliar do 2. ^o biénio (gráfico) Barrileiro Demonstrador Escriturário de 3. ^a Marginador-retirador (mais de dois anos) Pré-oficial electricista do 1. ^o ano Praticante de construção civil do 2. ^o ano Serralheiro mecânico de 3. ^a Soldador de 3. ^a Telefonista Trabalhador de fabrico (conservas de peixe)	61 400\$00
IX	Ajudante de electricista do 2. ^o ano Auxiliar do 1. ^o biénio (gráfico) Contínuo Dactilógrafo do 2. ^o ano Estagiário do 2. ^o ano Guarda Mestre(a) Porteiro Praticante de construção civil do 1. ^o ano Praticante metalúrgico do 2. ^o ano Servente de construção civil	57 100\$00
X	Ajudante de electricista do 1. ^o ano Aprendiz de construção civil do 3. ^o ano Aprendiz de tanoeiro do 3. ^o ano Dactilógrafo do 1. ^o ano Estagiário do 1. ^o ano Marginador-retirador dos 1. ^o e 2. ^o anos Praticante de metalúrgico do 1. ^o ano	51 200\$00
XI	Aprendiz de construção civil do 2. ^o ano Aprendiz gráfico do 4. ^o ano Aprendiz de metalúrgico do 4. ^o ano Aprendiz de tanoeiro do 2. ^o ano Preparador de conservas de peixe Servente de limpeza	51 000\$00
XII	Aprendiz de construção civil do 1. ^o ano Aprendiz de electricista do 2. ^o ano Aprendiz gráfico do 3. ^o ano Aprendiz de metalúrgico do 3. ^o ano Aprendiz de tanoeiro do 1. ^o ano Praticante de preparador do 1. ^o ano Praticante de preparador de conservas de peixe Praticante de trabalhador de fabrico (conservas de peixe)	40 000\$00
XIII	Aprendiz gráfico do 2. ^o ano Aprendiz de metalúrgico do 2. ^o ano Aprendiz de preparador de conservas de peixe Aprendiz de trabalhador de fabrico (conservas de peixe)	34 700\$00

Graus	Categorias profissionais	Remunerações mínimas mensais
XIV	Aprendiz de electricista do 1.º ano Aprendiz gráfico do 1.º ano Aprendiz de metalúrgico do 1.º ano Paquete	34 400\$00

Lisboa, 9 de Setembro de 1992.

Pela Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SINDEPESCAS — Sindicato Democrático das Pescas:

Diogo Santos Carvalho.

Entrado em 30 de Outubro de 1992.

Depositado em 2 de Novembro de 1992, a fl. 174 do livro n.º 6, com o n.º 462/92, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a APOMEPA — Assoc. Portuguesa dos Médicos Patologistas e a FETESE — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores de Escritório e Serviços e outro — Alteração salarial e outras

CAPÍTULO I

Área, âmbito, vigência e revisão

Cláusula 1.ª

Âmbito

A presente convenção aplica-se, por um lado, às entidades patronais representadas, respectivamente, pela APOMEPA — Associação Portuguesa dos Médicos Patologistas e, por outro lado, aos trabalhadores ao seu serviço, desde que representados pelas associações signatárias.

Cláusula 3.ª

Vigência e revisão

1 — A presente convenção vigorará por um período de 12 meses, contados a partir de 1 de Setembro de 1991.

2 — As tabelas de remunerações mínimas produzem efeitos, respectivamente, a partir de:

- Tabela A — 1 de Setembro de 1991;
- Tabela B — 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1992.

As demais cláusulas de expressão pecuniária produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1992 e vigorarão até 31 de Dezembro de 1992.

CAPÍTULO II

Admissão, classificação profissional, contratos de trabalho, aprendizagem, estágio e carreira profissional

Cláusula 4.ª

Condições gerais de admissão

2 — Trabalhadores auxiliares administrativos:

- Idade mínima — 16 anos;

CAPÍTULO V

Local de trabalho, transferências e deslocações

Cláusula 24.ª

Deslocações

4 —

- Um subsídio de 200\$ por cada dia completo de deslocação;

8 — Os valores fixados na alínea b) do n.º 3 e na alínea b) do n.º 4 desta cláusula são os seguintes:

- Almoço/jantar — 1110\$;
Alojamento, com pequeno-almoço — 4430\$.

CAPÍTULO VI

Da retribuição

Cláusula 25.ª

Tabela de remunerações

2 — Os trabalhadores que exerçam com regularidade funções de pagamento e ou recebimento têm direito a um abono mensal para falhas no valor de 2330\$ enquanto no exercício efectivo daquelas funções.

3 — Os trabalhadores das profissões previstas no grau I do anexo I que exerçam funções de orientação e coordenação de trabalhadores do mesmo grupo têm direito a um subsídio mensal de 3990\$ no exercício efectivo dessas funções.

4 — Os trabalhadores das funções previstas no grupo I do anexo I, quando habilitados com curso pós-básico de especialização reconhecido pela Secretaria de Estado da Saúde e no exercício efectivo dessas qualidades, têm direito a um subsídio mensal de 3660\$.

Cláusula 26.^a

Serviços de urgência

2 — Sempre que o trabalhador, por motivo de serviços de urgência, se encontrar fora do local de trabalho, mas em situação de disponibilidade, de forma contínua, perante a entidade patronal, entre o termo do período de trabalho diário e o início do seguinte, com vista à realização daqueles, tem direito a um subsídio de 1220\$, 2000\$ e 3550\$, respectivamente em dia útil, descanso semanal complementar e descanso semanal, independentemente da prestação efectiva de trabalho.

Cláusula 27.^a

Diuturnidades

1 — Os trabalhadores têm direito a uma diuturnidade no valor de 1220\$ por cada quatro anos de permanência ao serviço da mesma entidade patronal, até ao limite de cinco diuturnidades, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

Cláusula 30.^a

Subsídio de alimentação

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente contrato terão direito a um subsídio de alimentação no valor de 400\$ por cada período de trabalho efectivamente prestado.

Cláusula 80.^a

Retroactivos

Os retroactivos poderão ser pagos em quatro prestações mensais sucessivas a partir da data da publicação da presente convenção.

ANEXO III

Tabela de remunerações mínimas

Níveis		Profissões e categorias profissionais	Remunerações	
			Tabela A	Tabela B
I	A	Técnico superior de laboratório	92 700\$00	101 500\$00
	B	Contabilista/técnico de contas	84 050\$00	93 400\$00
II		Chefe de secção Guarda-livros Secretário de direcção	73 050\$00	81 300\$00
III		Técnico de análises anatómo- -patológicas Técnico de análises clínicas... Primeiro-escriturário	65 300\$00	72 800\$00
IV		Ajudante técnico de análises clínicas Dactilógrafo com mais de seis anos Estagiário técnico paramédico Motorista de ligeiros..... Praticante Segundo-escriturário	55 900\$00	62 300\$00
V		Assistente de consultório Dactilógrafo de três a seis anos Terceiro-escriturário	49 200\$00	54 500\$00
VI		Auxiliar de laboratório Contínuo Dactilógrafo até três anos Empregado de serviços externos Estagiário dos 1.º e 2.º anos	46 050\$00	51 000\$00
VII		Trabalhador de limpeza	41 300\$00	48 000\$00

Lisboa, 2 de Outubro de 1992.

Pela APOMEPA — Associação Portuguesa dos Médicos Patologistas:

(Assinatura ilegível.)

Pela FETES — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, em representação dos seus sindicatos filiados:

SITSE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;
STEIS — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Informática e Serviços da Região Sul;
SITAM — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
STECALH — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Vendas das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio de Braga;
SINDCES/C-N — Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços/Centro-Norte;

(Assinatura ilegível.)

Pelo SITEC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 29 de Outubro de 1992.

Depositado em 4 de Novembro de 1992, a fl. 174 do livro n.º 6, com o n.º 463/92, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

Acordo de adesão entre a VINAVE — Empresa de Navegação Marítima, L.^{da}, e a FESMAR — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores do Mar ao ACT entre a Empresa Continental de Navegação, S. A., e outras e a mesma federação sindical.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, a VINAVE — Empresa de Navegação Marítima, L.^{da}, e a FESMAR — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores do Mar acordam aderir ao ACT para a marinha de comércio celebrado entre esta Federação e a Empresa Continental de Navegação, S. A., e outras, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 27, de 22 de Julho de 1992.

Lisboa, 16 de Outubro de 1992.

Pela VINAVE — Empresa de Navegação Marítima, L.^{da}:

(Assinatura ilegível.)

Pela FESMAR — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores do Mar:

(Assinaturas ilegíveis.)

Declaração

A FESMAR — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores do Mar, por si e em representação dos sindicatos seus filiados:

SINCOMAR — Sindicato de Capitães e Oficiais da Marinha Mercante;
SITEMAQ — Sindicato da Mestrança e Marinhagem da Marinha Mercante e Fogueiros de Terra;
SMMCMM — Sindicato da Mestrança e Marinhagem de Câmaras da Marinha Mercante;
SEMM — Sindicato dos Engenheiros da Marinha Mercante.

Lisboa, 26 de Outubro de 1992. — Pelo Secretariado:
(Assinaturas ilegíveis.)

Entrado em 3 de Novembro de 1992.

Depositado em 4 de Novembro de 1992, à fl. 175 do livro n.º 6, com o n.º 465/92, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

Acordo de adesão entre a Funchal Frio — Transportes Marítimos, L.^{da}, e a FESMAR — Feder. dos Sind. dos Trabalhadores do Mar ao ACT entre a Empresa Continental de Navegação, S. A., e outras e a mesma federação sindical.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, a Funchal Frio — Transportes Marítimos, L.^{da}, e a FESMAR — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores do Mar acordam aderir ao ACT para a marinha de comércio celebrado entre esta Federação e a Empresa Continental de Navegação, S. A., e outras, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 27, de 22 de Julho de 1992.

Lisboa, 28 de Setembro de 1992.

Pela Funchal Frio — Transportes Marítimos, L.^{da}:

(Assinatura ilegível.)

Pela FESMAR — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores do Mar:

(Assinaturas ilegíveis.)

Declaração

A FESMAR — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores do Mar, por si e em representação dos sindicatos seus filiados:

SINCOMAR — Sindicato de Capitães e Oficiais da Marinha Mercante;
SITEMAQ — Sindicato da Mestrança e Marinhagem da Marinha Mercante e Fogueiros de Terra;
SMMCMM — Sindicato da Mestrança e Marinhagem de Câmaras da Marinha Mercante;
SEMM — Sindicato dos Engenheiros da Marinha Mercante.

Lisboa, 15 de Outubro de 1992. — Pelo Secretariado:
(Assinaturas ilegíveis.)

Entrado em 3 de Novembro de 1992.

Depositado em 4 de Novembro de 1992, a fl. 174 do livro n.º 6, com o n.º 464/92, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

**AE entre a Rodoviária do Alentejo, S. A., e o SIQTER — Sind. dos Quadros e Técnicos
dos Transportes e outros (quadros e técnicos) — Rectificação**

No *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.^a série, n.º 18, de 15 de Maio de 1992, vem publicado o acordo de empresa em epígrafe, o qual enferma de inexactidão, impondo, por isso, a necessária correcção.

Assim, a p. 844, no n.º 3 da cláusula 9.^a, onde se lê «ascenderão ao escalão 3.º» deve ler-se «ascenderão ao escalão B».